



Brasil e China diante do reordenamento internacional: interesses estratégicos em perspectiva comparada no Sul Global

Brazil and China in the face of international reordering: strategic interests in comparative perspective in the Global South

Brasil y China ante la reordenación internacional: intereses estratégicos en perspectiva comparada en el Sur Global

Dr. C. André Luiz Reis da Silva

Doutor em Ciências Políticas. Professor de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. ✉ reisdasilva@hotmail.com.  [0000-0003-2593-1189](https://orcid.org/0000-0003-2593-1189).

Cómo citar (APA, séptima edición): Reis da Silva, A. L. (2025). Brasil e China diante do reordenamento internacional: interesses estratégicos em perspectiva comparada no Sul Global. *Política internacional*, VII (Nro. 3), 244-261. <https://doi.org/10.5281/zenodo.15759131>

 <https://doi.org/10.5281/zenodo.15759131>

RECIBIDO: 6 DE ENERO DE 2025

APROBADO: 15 DE FEBRERO DE 2025

PUBLICADO: 7 DE ABRIL DE 2025

RESUMO Brasil e China são dois países de destaque no Sul Global, enquanto nações emergentes. Este trabalho tem como objetivo realizar um estudo comparativo dos interesses estratégicos do Brasil e da China, identificando convergências e divergências em temas específicos da agenda internacional. Entre os temas a serem comparados, incluem-se: a) modelo de desenvolvimento; b) relações com os Estados Unidos; c) defesa da multipolaridade; d) mudanças climáticas e desenvolvimento; e) ampliação do Conselho de Segurança da ONU; f) governança econômica global (G-20); g) Cooperação Sul-Sul e Sul Global; h) relações com a África; i) Belt and Road Initiative (BRI). A metodologia empregada foi a análise comparativa, utilizando como fontes discursos, documentos oficiais e bibliografia especializada. Os resultados obtidos demonstram que, apesar das diferenças estruturais entre os dois países (PIB, capacidade militar, bases internas), há uma grande convergência de interesses e posicionamentos entre Brasil e China em temas

centrais da agenda internacional, o que reforça a parceria estratégica desenvolvida entre eles.

Palavras-chave: Brasil, China, política externa comparada, Sul Global.

RESUMEN Brasil y China son dos países destacados en el Sur Global, en tanto países emergentes. Este trabajo tiene como objetivo realizar un estudio comparativo de los intereses estratégicos de Brasil y China, identificando convergencias y divergencias en temas específicos de la agenda internacional. Entre los temas a comparar se incluyen: a) modelo de desarrollo; b) relaciones con Estados Unidos; c) defensa de la multipolaridad; d) cambio climático y desarrollo; e) ampliación del Consejo de Seguridad de la ONU; f) gobernanza económica global (G-20); g) Cooperación Sur-Sur y Sur Global; h) relaciones con África; i) Belt and Road Initiative (BRI). La metodología empleada fue el análisis comparativo, utilizando como fuentes discursos, documentos oficiales y bibliografía especializada. Los resultados obtenidos demuestran que, a pesar de las diferencias estructurales entre ambos países (PIB, capacidad militar, bases internas), existe una gran convergencia de intereses y posicionamientos entre Brasil y China en temas centrales de la agenda internacional, lo que refuerza la asociación estratégica desarrollada entre ellos.

Palabras clave: Brasil, China, política exterior comparada, Sur Global.

ABSTRACT Brazil and China are two prominent countries in the Global South as emerging economies. This paper aims to conduct a comparative study of the strategic interests of Brazil and China, identifying convergences and divergences on specific topics of the international agenda. The topics to be compared include a) development model; b) relations with the United States; c) defense of multipolarity; d) climate change and development; e) expansion of the UN Security Council; f) global economic governance (G-20); g) South-South Cooperation and the Global South; h) relations with Africa; i) Belt and Road Initiative (BRI). The methodology used was comparative analysis, using speeches, official documents, and specialized literature as sources. The results show that, despite the structural differences between the two countries (GDP, military capacity, internal bases), there is significant convergence of interests and positions between Brazil and China on key issues of the international agenda, which reinforces the strategic partnership developed between them.

Keywords: Brazil, China, comparative foreign policy, Global South.

INTRODUÇÃO

A China e o Brasil possuem trajetórias nacionais e de inserção internacional diferentes, mas com sólidas possibilidades de comparação. Ambos os países possuem territórios continentais, passado colonial, pontos de convergência de política externa, bem como um histórico constante e intenso de cooperação. Entretanto, crescentemente, na última década o movimento de upgrade diplomático chinês

contrastou com o downgrade diplomático brasileiro nos Governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022). Esse trabalho busca compreender se as transformações da política externa brasileira e chinesa na última década alteraram os padrões de convergência entre os países.

O principal argumento é que, enquanto o Brasil reduziu sua presença e inserção internacionais na última década (2011-2022), a China, sob a liderança

de Xi Jinping (desde 2013), passou de uma política externa de baixo perfil para a busca do “sonho chinês”, aumentando sua influência internacional e agindo com maior assertividade. A ascensão da China e a retração diplomática do Brasil diminuíram a convergência diplomática entre os dois países, mas não alteraram as posições compartilhadas sobre várias questões internacionais. Por outro lado, com a retomada da matriz de política externa dos governos petistas (2003-2015), quando do retorno de Lula à presidência, em 2023, ocorreu a ampliação da convergência entre Brasil e China sobre temas estratégicos para ambos os países.

Neste sentido, este trabalho visa a elaboração de um estudo comparativo da política externa do Brasil e da China, identificando convergências e divergências em temas específicos do reordenamento internacional. Para responder esta questão, podemos utilizar o método comparativo, que é um procedimento sistemático de análise de casos, comparando-os, e estabelecendo suas semelhanças e diferenças, sendo, assim, “extremamente útil para criar e testar proposições sobre o comportamento em política externa que se aplicam a dois ou mais casos” (Rosenau, 1968, p. 308). Além de bibliografia, os discursos do governo brasileiro e chinês na abertura das Sessões Ordinárias da Assembleia Geral da ONU, ocorridos nos últimos anos, constituem a base da pesquisa empírica.

A análise comparada de política externa, a partir de um número limitado de casos, tem como metodologia, basicamente, identificar e descrever as variáveis centrais envolvidas no problema (Lijphart, 1971). Nesta pesquisa, a principal variável independente é o fato de esses países serem considerados “emergentes” (Kahler, 2013). Os temas internacionais selecionados, identificados como “interesses estratégicos”, atuam como variáveis dependentes, o que permite observar semelhanças e diferenças nas políticas externas desses países. As principais variáveis intervenientes são suas capacidades relativas (peso econômico e militar), seu modelo de desenvolvimento, suas relações com os Estados Unidos e a posição sobre a multipolaridade. Entretanto, esta

pesquisa reconhece a dificuldade em separar claramente as ordens de variáveis, dada a complexidade dessa análise, gerando sobre-determinação (overdetermination) de variáveis, que podem se reforçar e excluir (Hudson & Vore, 1995).

Para construção do quadro comparativo dos interesses estratégicos do Brasil e da China, foram aglutinados os seguintes temas da agenda internacional como variáveis de análise: a) modelo de desenvolvimento; b) relações com os Estados Unidos; c) defesa da multipolaridade; d) mudanças climáticas e desenvolvimento; e) ampliação do Conselho de Segurança da ONU; f) governança econômica global (G-20) g) cooperação Sul-Sul, h) relações com África e i) Belt and Road Initiative (BRI). Tais pontos foram definidos a partir dos discursos e documentos oficiais do governo e baseado em bibliografia sobre a política externa brasileira recente (Silva, 2015; Guimarães, 2006; Cervo & Bueno, 2015; Silva, 2023).

Como metodologia optou-se pela descrição do posicionamento de cada país nas variáveis elencadas, utilizando bibliografia e discursos oficiais. Em segundo lugar, buscou-se identificar o posicionamento de cada país sobre um tema, tendo como referência o interesse do Brasil, para verificar, simultaneamente, convergências com a China. Dessa forma, este estudo não pretende esgotar a interpretação da política externa desses países, mas sim levantar, empiricamente e descritivamente, alguns dos seus posicionamentos e, ao mesmo tempo, sugerir generalizações a partir de semelhanças e diferenças em suas opções internacionais. Neste sentido, este trabalho não compara as instituições e características internas destes países, operando apenas a partir dos seus resultados em termos de política externa.

DESENVOLVIMENTO

Contextualizando as mudanças nas políticas externas do Brasil e da China

No início do século XXI, o Brasil despontou como um país emergente no cenário internacional, re-

conhecido pelas outras potências com um país relevante no sistema. Seja ele designado como potência emergente, seja como potência média ou regional, o tamanho do país não lhe permite desempenhar um papel menor, ou que apenas pegue carona nas grandes potências. Neste contexto de transformações sistêmicas, que reside um dos desafios centrais para o Brasil, que é lidar com estas transformações, visando a autonomia e o desenvolvimento interno (Silva, 2023). Para isso, o país buscou parcerias estratégicas, na cooperação Sul-Sul, na integração regional e na busca de uma atuação multilateral que fortalecesse a solução negociada e a defesa da multipolaridade e do multilateralismo (Silva, 2023). Nesse contexto, as relações com a China têm sido fundamentais para o desenvolvimento do Brasil. Entretanto, a política externa brasileira oscilou nas duas últimas décadas. O projeto de inserção internacional do primeiro e segundo governos Lula enfrentou desgastes no governo Dilma (2011-2016) e sofreu uma reorientação nos governos Temer e Bolsonaro, alterando a matriz de política externa. A política externa brasileira sofreu um processo de retraimento de suas posições, tanto multilaterais, como na liderança regional.

Já a China fez um caminho diferente, avançando sua inserção internacional na segunda década do século XXI. Em março de 2013, com o fim do segundo mandato de Hu Jintao (2003-2013), Xi Jinping foi nomeado pelo Congresso Nacional do Povo secretário-geral do PCC e presidente da República Popular China, além do cargo de comandante-chefe do Exército de Libertação da China (ELP). Já em março de 2018, o presidente conquistou a reeleição para seu segundo mandato com unanimidade dos votos da Assembleia Nacional Popular (ANP).

De fato, o governo Xi Jinping apresenta uma postura internacional mais assertiva, diferente dos governos anteriores, focados em desenvolvimento econômico e movimentos internacionais cautelosos. Essa crescente assertividade do comportamento dentro do ambiente internacional representa uma mudança com a postura que a China apresentava em sua po-

lítica externa desde o mandato de Deng Xiaoping, na década de 1970, que buscava manter um “Keeping a Low Profile”, ou seja, um perfil discreto no contexto internacional, focando no desenvolvimento econômico. Os sucessores de Deng Xiaoping, Jiang Zemin e Hu Jintao, mantiveram os preceitos estabelecidos por Deng, garantindo o foco desenvolvimento econômico (Bader, 2016). Apesar de cautelosa, a política externa chinesa procurou estabelecer, desde o contexto do fim da Guerra Fria, relações com diversas potências ao redor do globo, especialmente a partir do governo Jiang Zemin (Zhang, 2015). Entretanto, evitou uma postura revisionista da ordem internacional (Cheng, 2013) e procurou atuar com discrição na garantia de seus objetivos de longo prazo, sendo que um dos centrais é o desenvolvimento da “China única”, recuperando territórios perdidos durante o século da humilhação, no qual as relações com Taiwan adquirem centralidade (Cheng, 2013).

O projeto de realização do “sonho chinês” tem como base o desenvolvimento econômico e sua projeção regional e global. Para tanto, a China tem vários instrumentos financeiros e comerciais, além de utilizar uma ampla rede de parcerias e instituições. Um dos principais instrumentos de articulação foi a criação do Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB), anunciada por Xi Jinping em 2015, e que tem como principal objetivo financiar o Belt and Road Initiative (Poh & Li, 2017). Essa expansão da economia chinesa está articulada com sua crescente presença regional na Ásia Pacífico, Sudeste Asiático e, como ponto nevrálgico, o Mar do Sul da China. A crescente presença econômica também tem provocado o engajamento maior da China na construção de parcerias estratégicas e também em coalizões, como os BRICS. De fato, Pequim tem valorizado os BRICS como uma articulação de países em desenvolvimento global, e vem trabalhando para sua ampliação, no chamado “BRICS Plus”. A síntese da política externa chinesa na última década é o “Striving for Achievement”, que consiste em uma nova interpretação do papel da China no cenário internacional, com maior engajamento e assertividade nos eixos bilateral, regional e multilateral (Ling, 2020).

No caso brasileiro, verifica-se que a segunda década do século XXI foi marcada por forte crise política interna e retração da política externa brasileira. A presidenta Dilma Rousseff buscou a continuidade da política externa do governo Lula, operando a mesma matriz de inserção internacional do Brasil. Entretanto, utilizou um perfil mais discreto, evidenciado, principalmente, no menor número de viagens internacionais, em comparação com o mesmo período do governo Lula. A demanda pelas reformas no sistema internacional, a articulação com os países emergentes, o fortalecimento da cooperação Sul-Sul e uma posição de autonomia em relação às grandes potências se mantiveram no governo Rousseff. Em relação às mudanças de ênfase, a sua política externa focou na redução dos danos da crise econômica internacional, com a articulação com os Brics e a reforma do sistema econômico internacional ganhando centralidade (Silva, 2023).

Entretanto, os efeitos da crise política e econômica interna e as transformações internacionais atingiram as bases deste modelo de inserção internacional, fragilizando-o e trazendo poucos resultados. A destituição da presidenta Dilma Rousseff constitui um marco para a finalização da matriz de inserção regional iniciada desde o Governo Lula (2003-2010). A crise internacional, a crise política e econômica interna, as limitações da inserção de uma potência emergente periférica, bem como o giro político na América do Sul podem ser apontados como fatores, ou variáveis, essenciais para compreender as transformações matriciais da política externa brasileira (Silva, 2023).

O governo de Michel Temer (2016-2018) marca uma mudança na matriz da política externa brasileira, ao reorientar o engajamento na América do Sul, priorizar as relações bilaterais com os países desenvolvidos e fragilizar a participação nas coalizões de geometria variável, como os BRICS. Assim, as diretrizes da diplomacia de Temer refletiram a conjuntura internacional, a crise brasileira e os interesses de um novo bloco de poder, que procurava encaminhar o Brasil para uma nova matriz de inserção internacional. No entanto, esta reorientação permaneceu apenas como um período de transição (Silva, 2023).

Com o governo de Jair Bolsonaro, verifica-se uma clara inflexão matricial na política externa, com fortes condicionantes internos e internacionais. Os condicionantes da mudança tiveram como fundamentos a ascensão dos movimentos e governos conservadores na América Latina e no Ocidente, a crítica à política externa desenvolvida durante os governos petistas, a crítica ao “globalismo” e às instituições multilaterais, a influência do pensamento conservador e reacionário, a perspectiva de cooperação e apoio mútuo em relação ao governo Donald Trump dos Estados Unidos, a crise econômica e política brasileira e também o enfraquecimento da integração regional. De fato, a produção acadêmica identifica profundas mudanças, algumas disruptivas, na política externa brasileira sob Bolsonaro. Identificam especialmente as mudanças ideológicas, de cortes antiliberais, conservadores, populistas e aliados aos EUA (Moraes, 2022; Casarões & Farias, 2021; Guimarães & Silva, 2021).

Em 2022, eleito no segundo turno com mais de 60 milhões de votos, Luiz Inácio Lula da Silva retornou à presidência para um novo mandato – o terceiro –, com enormes desafios nacionais e internacionais pela frente. Internamente, precisará conter o aumento da miséria e da fome, pacificar o país depois de anos de instabilidades políticas, fortalecer as instituições nacionais e democráticas e, ao mesmo tempo, recuperar a capacidade de crescimento e desenvolvimento econômico. Externamente, o desafio consiste em reposicionar a atuação internacional do Brasil, buscando maior protagonismo. A proposta de política externa do novo governo Lula opera sobre uma matriz semelhante à de inserção internacional dos seus primeiros dois mandatos, que tinha como base aprofundar a integração regional na América do Sul, retomar a tradição multilateral do Brasil de perfil crítico às assimetrias internacionais e a busca de parcerias estratégicas com países similares em todos os continentes (Cervo & Bueno, 2015; Silva, 2023). Como verificaremos a seguir, esta política externa possui alto grau de convergência com a China.

a) modelo de desenvolvimento

A política externa dos governos petistas se estabeleceu sobre a crise do modelo neoliberal, implementado no Brasil nos anos 1990 (Silva, 2023). A partir de 2003, o governo Lula buscou um modelo de desenvolvimento que combinava inserção global com desenvolvimento das capacidades brasileiras, vinculado à uma agenda de combate à desigualdade social. Entretanto, desde o governo Michel Temer (2016-2018), foi possível perceber a migração para um modelo neoliberal, o que representou, gradualmente, o encolhimento do setor público e o fortalecimento do setor privado, que seguiu no governo Bolsonaro (2019-2022). O país buscou promover a liberalização econômica através da abertura de mercado, de concessões e de privatizações. A desburocratização e a desregulamentação foram defendidas como medidas necessárias a redução do desemprego e do risco aos negócios (Bolsonaro, 2019a).

O retorno de Lula ao governo em 2023 busca retomar a agenda neodesenvolvimentista, associada a questão do desenvolvimento sustentável e inclusão social. O Brasil quer provar novamente a possibilidade de um modelo socialmente justo e ambientalmente sustentável (Lula, 2023c). Entre as suas propostas, está o de reindustrializar o Brasil, voltar com os programas sociais, os investimentos em saúde, educação e combater a pobreza e a fome, mitigar as mudanças climáticas e romper o isolamento internacional. (Lula, 2023d). Lula ressalta também que existe uma dificuldade internacional dos países em desenvolvimento de ter acesso a recursos para os seus financiamentos e projetos internos (Lula, 2024c). Desta forma, é possível perceber um interesse do Brasil nas questões de procurar um maior desenvolvimento do país, ao mesmo tempo que se posiciona como crítico a atual situação internacional, principalmente baseado nas matérias de sustentabilidade e luta contra as assimetrias globais e nacionais.

Já na China, as reformas econômicas iniciadas por Deng Xiaoping em 1979 marcaram o início do pa-

radigma de desenvolvimento que persiste na economia até hoje, conhecido como a política de reforma e abertura. A característica central dessas reformas, que impulsionou o notável crescimento econômico chinês, foi a decisão de abrir o país para o comércio internacional e o capital estrangeiro (Christensen, 2015). O investimento externo direto desempenhou um papel significativo ao impulsionar o crescimento industrial chinês, especialmente no setor voltado para exportações e intensivo em mão de obra (Hung, 2016). Desde a crise financeira de 2008-09, a China tem procurado alterar seu paradigma de desenvolvimento, que anteriormente se baseava predominantemente em exportações e investimento externo direto (IED). O objetivo era transitar para um modelo de desenvolvimento menos dependente da demanda externa, promovendo assim o estímulo ao consumo interno (Martins & Pereira, 2019).

A concepção e aprovação do 14º Plano Quinquenal, modelo de política da China para o desenvolvimento econômico e social de médio prazo, ocorrem em um contexto de transição tanto interno quanto externo, destacando-se especialmente a reestruturação econômica em meio à luta contra a pandemia e a intensificação da competição estratégica com Washington (Ungaretti, 2021). O 14º Plano Quinquenal abrange a nova fase de desenvolvimento, implementando um novo conceito de desenvolvimento. Ele acelera a adoção de um novo padrão de desenvolvimento caracterizado pela dupla circulação, em que o mercado interno é o pilar, permitindo que os mercados interno e externo se fortaleçam mutuamente. Isso visa promover e alcançar um desenvolvimento de maior qualidade, eficiência, equidade, sustentabilidade e segurança (Yuqing, 2022).

Em 2020 na Assembleia Geral da ONU, Xi Jinping afirmou: "Não procuramos desenvolver-nos apenas a nós próprios ou envolver-nos num jogo de soma zero. Não buscaremos o desenvolvimento à porta fechada. Em vez disso, pretendemos promover, ao longo do tempo, um novo paradigma de desenvolvimento com a circulação doméstica como o esteio e as circulações doméstica e internacional reforçando-se

mutuamente. Isto criará mais espaço para o desenvolvimento económico da China e dará impulso à recuperação e ao crescimento económico global". Já em 2021, o presidente chinês reiterou que gostaria de propor uma Iniciativa de Desenvolvimento Global, mantendo o compromisso com o desenvolvimento como uma prioridade e reforçando a coordenação política entre as principais economias e garantir a continuidade, consistência e sustentabilidade das políticas (Xi Jinping, 2021).

Apesar das grandes diferenças entre Brasil e China, é possível perceber que ambos os países se reconhecem como em processo de desenvolvimento, defendem a ideia do desenvolvimento sustentável e combate às desigualdades sociais e se posicionam como países abertos aos investimentos e globalização. Entretanto, a China tem desenvolvido baseado na industrialização e tecnologia de ponta, enquanto o Brasil sofreu um processo de retração industrial e fortalecimento do agronegócio. Há uma complementaridade econômica entre Brasil e China, sendo esta o principal parceiro comercial do Brasil desde 2009. Há também, interesse do governo Lula em que os investimentos chineses no Brasil colaborem para o desenvolvimento de infraestrutura, tecnologia e industrialização.

b) relações com os Estados Unidos

As relações com os EUA são centrais para a política externa brasileira desde final do século XIX. De certa forma, verifica-se ciclos de aproximação e distanciamento em relação aos EUA, a depender do grau de projeto autonomista do Brasil. Apesar de discordância em vários pontos na agenda global e regional, o Brasil sempre tivera busca manter a agenda com os EUA. A partir de 2011, alcançaram-se alguns avanços nesse sentido, quando da visita do Presidente norte-americano ao Brasil em março. As relações entre o Brasil e os EUA ficaram levemente estremecidas após as denúncias de espionagem (2013), mas a tendência foi a normalização.

A partir de 2016, as relações entre Brasil e Estados Unidos se estreitaram cada vez mais, principalmente

no mandato de Jair Bolsonaro (Reis da Silva, 2022). As autoridades brasileiras criticam a postura anteriormente adotada de não alinhamento com os EUA e defendem que seria preciso quebrar as barreiras que paralisavam a política externa e que geravam atraso e estagnação. A reaproximação entre os dois países foi marcada por uma visita do Presidente Bolsonaro a Washington, na qual foram lançados projetos de coordenação política e de cooperação econômica e militar (Bolsonaro, 2019a). A aproximação com a OTAN, além da conquista do apoio à entrada do Brasil na OCDE e a assinatura do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas- responsável pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento das bases espaciais brasileiras- constavam entre as iniciativas da reaproximação entre Brasil e EUA (Araújo, 2019). Entretanto, a eleição de Joe Biden em 2020 representou um revés para Bolsonaro, visto que sua política externa tinha como pilar a administração de Trump, sendo necessário readequar discursos para manter as relações com os EUA (Hirst & Maciel, 2022). Com o novo governo Lula, a partir de 2023, as relações tenderam a melhorar.

Nas vésperas da reunião da ONU, em 2023, Lula e o ex-presidente Joe Biden se encontraram e afirmaram a necessidade das democracias se unirem. Além disso foi destacado a cooperação entre as partes para a preservação do meio ambiente e promoção da democracia no Brasil e no continente americano (Lula, 2023g). Em 2024, Biden participou da reunião do G20 e, também, afirmou participação conjuntamente com o Brasil na Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. As partes reiteraram as suas relações bilaterais e, também, a promoção do trabalho decente no mundo por meio da Parceria pelos Direitos dos Trabalhadores e a convergência de prioridades entre as partes governos para a promoção da transição energética (Lula, 2023f). Em 2024, com a vitória de Donald Trump nos EUA, Lula afirmou que esperava com o chefe de estado norte-americano uma relação de respeito e reciprocidade (Lula, 2024e).

China e Estados Unidos, como as duas maiores economias globais, enfrentam consideráveis responsabili-

dades e competições, que foram acentuadas nos últimos anos (Fingar & Lampton, 2024). Ao longo de 2020, diversos incidentes indicaram um agravamento das tensões entre Pequim e Washington, destacando-se principalmente no campo tecnológico. No primeiro encontro bilateral sob a administração Biden, ocorrido no Alasca em março do mesmo ano, as acusações mútuas mais uma vez ocuparam o centro das negociações entre os diplomatas dos dois países. No ano anterior, a diplomacia dos Estados Unidos lançou uma campanha contra as grandes empresas de tecnologia chinesas, evidenciada pelo cerco à Huawei e pelas subsequentes restrições à implementação das redes 5G em diversos mercados ao redor do mundo (Ungaretti, 2021). Outros acontecimentos como a visita de Nancy Pelosi à Taiwan em 2022 e a Guerra na Ucrânia trouxeram tensões para as relações China-EUA.

Em 2023, Xi Jinping discursou durante jantar em São Francisco em sua primeira passagem pelos EUA desde 2017 e afirmou que a China estava pronta para ser parceira e amiga dos Estados Unidos, reforçando que “os princípios fundamentais que seguimos nas relações entre China e Estados Unidos são o respeito mútuo, a coexistência pacífica e a cooperação ganha-ganha” (Jinping, 2023).

Em síntese, a relação do Brasil e da China com os EUA podem ser analisadas a partir de dois eixos. Para ambos os países, trata-se de uma relação com a grande potência global. Para o Brasil, a relação com os EUA pode ser vista como negociação de espaços de autonomia diante de uma grande potência global e regional. Já para a China, a relação com os EUA é de duas potências competidoras, incluindo então margens de rivalidade e cooperação.

c) defesa da multipolaridade

Desde o fim da Guerra Fria, mas especialmente a partir de 2003, o governo brasileiro identifica que a multipolaridade é benéfica para seu projeto de projeção global. O Brasil buscou se inserir nessa nova ordem com dois propósitos: promover a comunicação

entre os polos consolidados e construir um multilateralismo inclusivo com representação para os países mais pobres e menores, fortalecendo as Nações Unidas, como mecanismo principal de diálogo e solução negociada de controvérsias que evite a intervenção da força (Silva, 2023).

O Presidente Michel Temer, durante seus discursos, manteve o posicionamento de defesa do multilateralismo e de políticas de integração e de cooperação. Afirma-se que as forças isolacionistas e protecionistas, juntamente com o unilateralismo, são responsáveis pela desordem do sistema internacional, de modo que a política externa brasileira visa combatê-los através da diplomacia (Temer, 2018). No governo de Jair Bolsonaro, embora ele manifestasse preocupação em manter o Brasil inserido no mundo multipolar, assegurando relações com diferentes polos de poder (Bolsonaro, 2019a), a defesa da liderança norte-americana no mundo ocidental fragilizou a defesa da multipolaridade (em especial via BRICS). Desde 2023, o Governo Lula afirma buscar construir uma ordem mundial pacífica, baseada no diálogo, no multilateralismo e na multipolaridade (Lula, 2022).

Lula afirmou que o multilateralismo é o caminho para a solução de controvérsias globais, por meio de instituições multilaterais para promover a paz (Lula, 2023c). Para o presidente brasileiro, o Brasil está de volta para resgatar o universalismo na sua política externa e enfrentar os principais desafios globais. Considera o BRICS uma força que trabalha para um comércio global mais justo num contexto de grave crise do multilateralismo, especialmente quando as instituições comerciais são paralisadas. Por isso é necessária uma reforma na própria ONU e nos demais mecanismos financeiros. Além disso, para Lula, as mudanças climáticas só podem ser combatidas por meio do multilateralismo (Lula, 2024c).

O termo “multipolaridade” é amplamente utilizado no discurso chinês, sendo representado como um paradigma internacional. A diplomacia chinesa afirma

que, por meio do multilateralismo, busca assegurar a paz e promover o desenvolvimento da humanidade. Em discurso, Wang Yi, Ministro das Relações Exteriores da China, que deveria ser defendido um novo tipo de multilateralismo, e construir relações internacionais baseadas no respeito mútuo, pela equidade e pela justiça, e pela cooperação vantajosa para todos (Yi, 2022).

O país expressa desaprovação em relação à hegemonia, ao abuso de poder e à imposição de sanções unilaterais, evidenciando assim o seu compromisso com a multipolaridade do sistema internacional (Yi, 2019). Para Xi Jinping (2020): "devemos dizer não ao unilateralismo e ao protecionismo e trabalhar para garantir o funcionamento estável e harmonioso das cadeias industriais e de abastecimento globais" e "jamais buscaremos hegemonia, expansão ou esfera de influência". Neste sentido, as visões brasileira e chinesa são semelhantes em relação ao multilateralismo e multipolaridade, havendo algum distanciamento conceitual ocorrido somente no governo Bolsonaro (2019-2022).

d) mudanças climáticas e desenvolvimento

O Brasil teve atuação destacada na agenda ambiental global, participando ativamente dos fóruns internacionais e defendendo os interesses dos países em desenvolvimento, através do princípio "responsabilidades comuns, porém diferenciadas". Destaca-se o fato de o Brasil ter sediado a Rio+20, em junho de 2012. Convergindo com a proposta brasileira, o encontro definiu como foco da agenda de desenvolvimento sustentável a erradicação da pobreza, o uso consciente dos recursos naturais e padrões sustentáveis de produção e consumo. O governo afirmava seu compromisso no controle do desmatamento da Floresta Amazônica e das emissões devido ao desmatamento, mas cobrava que os países desenvolvidos cumprissem os compromissos firmados com a comunidade internacional (Rousseff, 2012).

Durante o governo de Michel Temer, o desenvolvimento sustentável foi defendido como um objetivo

fundamental a ser atingido. O Brasil se comprometeu a seguir as determinações e as metas definidas no Acordo de Paris, aprovado em 2015, além de seguir a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU, que apresenta os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Elaborava-se o projeto de uma economia internacional de baixo carbono e pontuavam-se os esforços brasileiros para a consolidação de uma matriz energética cada vez mais limpa e renovável (Temer, 2017; Temer, 2018).

Contudo, as lideranças políticas do governo Bolsonaro provocaram mudanças significativas nas políticas de proteção ambiental. A preservação do meio ambiente e o combate aos crimes ambientais, embora fossem temas abordados pelas autoridades do governo atual Bolsonaro, associaram o desenvolvimento sustentável ao aproveitamento do potencial natural disponível no país. A biodiversidade, as riquezas minerais e a abundância de terras foram vistas com interesses econômicos, visando um aproveitamento sustentável desses recursos (Bolsonaro, 2019a). Entretanto, o incentivo à exploração de novas áreas foi associado a políticas de suavização de normas e leis ambientais, além da flexibilização das multas geradas pela execução de crimes ambientais e do desmonte de órgãos de fiscalização ambiental. Nesse contexto, o país foi perdendo apoio internacional, ao adotar uma postura de liberalização de agrotóxicos e de ineficiência ao combate das crescentes queimadas na Floresta Amazônica (Silva, 2023). Já como presidente eleito, Lula, na COP27, reafirmou compromissos de seu governo com o combate ao desmatamento na Amazônia e com a criminalização de atividades ilegais como garimpo, mineração, extração de madeira ou ocupação agropecuária indevida (Lula, 2022).

Em relação às mudanças climáticas e do desenvolvimento, Lula comenta que agir contra as mudanças climáticas é enfrentar desigualdades históricas. Para o presidente, no Sul Global estão os países mais afetados pelas mudanças climáticas (Lula, 2023c). Entretanto, o que conecta os países, em um momento de crise do multilateralismo e das insti-

tuições, são as mudanças climáticas, pois elas estão conectadas com o modelo de desenvolvimento e justiça social. Neste sentido, o Brasil deve seguir um modelo sustentável, mas que consiga lidar com os condicionantes estruturais do sistema que afeta os países do Sul Global por meio das instituições internacionais.

Nos últimos anos, a China adotou uma postura proativa e até mesmo assumiu um papel de liderança no combate às mudanças climáticas. Desde a Conferência do Clima de Paris, tem sido mais frequentemente reconhecida como um agente mais responsável na governança das alterações climáticas. Seu compromisso em combater o aquecimento global permaneceu firme mesmo durante a pandemia da COVID-19, quando o crescimento econômico da China enfrentava desafios significativos (Liam; Li, 2023). Por exemplo, durante a Assembleia Geral da ONU em 2020, o presidente chinês Xi Jinping declarou que a China se esforçará para alcançar a neutralidade carbônica até 2060.

Já em 2022 na abertura da Assembleia Geral da ONU, Wang Yi, Ministro das Relações Exteriores da China, afirmou que, em resposta às alterações climáticas, a China está empenhada em seguir um caminho de desenvolvimento de crescimento verde e de baixo carbono que coloque a conservação ecológica em primeiro lugar. Anunciou também os ambiciosos objetivos de neutralidade de carbono e que estavam a trabalhar para implementar o Acordo de Paris sobre Alterações Climáticas e complementou: "A China é responsável por um quarto de todas as árvores plantadas globalmente. Estamos fazendo esforços incessantes para promover uma comunidade de vida para o homem e a natureza" (Yi, 2022). Nesse sentido, as posições do Brasil e da China são semelhantes em relação à questão ambiental e climática, só se distanciando durante o governo Bolsonaro (2019-2022).

e) ampliação do Conselho de Segurança da ONU

Atualmente, podem-se identificar grupos de interesse articulados propondo reforma no Conselho de

Segurança da ONU. Os membros do G-4 (Brasil, Alemanha, Índia e Japão) defendem a ampliação de 6 vagas permanentes para o Conselho de Segurança. A União Africana (UA) defende a posição afirmada na Declaração de Harare, com a concessão de dois assentos permanentes com direito de veto mais dois assentos não-permanentes para a África. Já o grupo Coffe Club (Unidos pelo Consenso) defende uma ampliação em cerca de 10 vagas, não-permanentes. Além destes grupos de interesse, há visões diferenciadas dos membros permanentes sobre a reforma do Conselho de Segurança. Durante o governo Michel Temer, o Brasil manteve o posicionamento de defesa de uma reforma no Conselho de Segurança (Temer, 2018). O governo Bolsonaro também manifestou interesse do Brasil na Reforma do Conselho de Segurança, inclusive participando da reunião do G-4, em setembro de 2020. Na COP-27, em novembro de 2022, manteve-se a posição da necessidade de reforma do conselho para incluir mais países e dar fim ao privilégio de veto (Lula, 2022).

Sobre a situação da ampliação do Conselho de Segurança da ONU, Lula afirma as crises internacionais recentes, como Guerra na Ucrânia e o conflito em Gaza demonstram a incapacidade de fazer valer os princípios e propósitos da Carta da ONU. Para Lula, a carta da ONU precisa ser reformulada para abranger as necessidades dos mais de 190 países participantes da ONU, em especial o Conselho de Segurança, com foco em sua composição, métodos de trabalho e direito de veto, de modo a torná-lo mais eficaz e representativo. Lula afirmou que a exclusão da América Latina e da África de assentos permanentes no Conselho de Segurança é um eco do passado colonial das regiões (Lula, 2024c)

A China prioriza instituições em que desempenha um papel central, como o Conselho de Segurança da ONU, onde tem influência decisória semelhante à de seus outros quatro membros. Embora uma reforma do CSNU possa não ser necessariamente negativa para a China, sua aceitação dependeria da composição futura do Conselho. Com a maioria dos países da ONU sendo caracterizados como em

desenvolvimento, a China busca exercer influência global por meio de diversas instituições, grupos e fóruns, preferindo ganhar aliados a instigar confrontos. No CSNU, os votos chineses convergem cada vez mais com os da Rússia (Freeman; Tsering, 2023).

Além disso, o possível ingresso do Japão no CSNU mina o interesse chinês na ampliação do Conselho, enquanto os EUA utilizam o Japão como instrumento diplomático para exercer influência no Oriente e no Ocidente (Roberts, 2012). Na Declaração de Pequim da XIV Cúpula do BRICS, em 2022, e em diversas outras, por exemplo, está presente a frase "China e Rússia reiteram a importância que atribuem ao status e ao papel do Brasil, da Índia e da África do Sul nos assuntos internacionais e apoiam sua aspiração de desempenhar um papel mais importante na ONU" (Ministério das Relações Exteriores, 2022).

Este é um tema que revela um certo distanciamento entre Brasil e China. Enquanto o Brasil defende uma reforma no Conselho de Segurança, China oferece uma certa resistência, em especial à entrada do Japão. Entretanto, há avanços neste debate, principalmente por Brasil, Índia e África do Sul, no âmbito dos BRICS.

f) governança econômica global (G-20)

Desde a crise econômica internacional (2008-2010) o governo brasileiro defende necessária a coordenação dos esforços dos países dentro dos organismos multilaterais, como o G-20 financeiro, o FMI e o Banco Mundial. O interesse em atuar no G-20 se manteve no governo Temer e Bolsonaro. Assim, o país defendeu pela renovação de certas normas internacionais e pela promoção de reformas, visando o equilíbrio entre os interesses das 20 maiores economias do mundo (Bolsonaro, 2019b). O atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, defendeu o fortalecimento de uma governança global que amplie a representatividade de países em espaços de diálogo internacional (Agência do Brasil, 2023).

Sobre o G20, Lula afirma que o Brasil colocará no centro da agenda internacional o combate à desigualdade, articulando inclusão social, combate à fome, desenvolvimento sustentável e reforço das instituições de governança global. Além disso, a prioridade do Brasil na presidência do G20 é o de combater as desigualdades (Lula, 2023c). Além disso, ainda sobre o G20, Lula ressalta o lançamento da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza como projeto essencial para os seus resultados da presidência brasileira do G20. (Lula, 2024c). Em seu discurso de abertura do G20, em 2024, Lula afirmou que a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza será o maior legado do Brasil, pois em um mundo marcado por conflitos armados lutar contra a fome é imprescindível para restaurar a humanidade (Lula, 2024b)

Em 2023, o presidente Lula da Silva, durante sessão plenária aberta da XV Cúpula do BRICS que a criação de uma moeda para as transações comerciais e de investimento entre os membros do BRICS diminui as vulnerabilidades entre os países membros do bloco (Lula, 2023b). Já no discurso do presidente Lula em Sessão Plenária Aberta da XVI Cúpula do BRICS, Lula comentou sobre como os bancos nacionais dos integrantes do BRICS vão estabelecer linhas de crédito em moedas locais (Lula, 2024d). Sobre as questões de uma moeda alternativa, Lula afirmou em uma entrevista na África do Sul em 2023 que a ideia de uma moeda alternativa não se trata de mudar a unidade monetária dos países, mas de ter uma moeda que permita a negociação paritária nas trocas internacionais e que dispense a compra de dólar (Lula, 2023d).

Wang Yi, Ministro das Relações Exteriores da República Popular da China, afirmou que o país defende uma maior representação e voz para os países em desenvolvimento no sistema de governança global e apoia o Grupo dos 20, o grupo BRICS, juntamente com outros mecanismos emergentes que são fundamentais na promoção de uma sociedade mais justa e uma ordem internacional mais equitativa (Yi, 2013). Xi Jinping declarou também que

o sistema de governança global deve se adaptar à evolução da dinâmica política e econômica global, enfrentando os desafios globais e abraçando a tendência subjacente de paz, desenvolvimento e cooperação mutuamente benéfica para todos (Jinping, 2020). Ademais, o vice-presidente da China afirmou que os países deveriam defender o sistema comercial multilateral, com a Organização Mundial do Comércio (OMC) no seu núcleo, e trabalhar para construir uma economia mundial aberta (Zheng, 2023).

Em 2022, os membros da Organização de Cooperação de Xangai (SCO) concordaram com um roteiro para expandir o comércio em moedas locais. A utilização de moedas locais no comércio e o desenvolvimento de sistemas alternativos de pagamento e liquidação têm sido parte integrante do plano econômico da SCO há anos. O presidente chinês, Xi Jinping, propôs abordar os déficits de desenvolvimento por meio da integração regional, especialmente através da expansão das quotas de liquidações em moeda local, do fortalecimento do desenvolvimento de sistemas de liquidação e pagamentos transfronteiriços em moeda local, e da promoção da criação de um Banco de Desenvolvimento da OCS (Liu, 2022).

Segundo Liu (2022), Pequim não está tentando internacionalizar o yuan para rivalizar com o dólar americano e substituir seu domínio no sistema global. Em vez disso, está adotando medidas para fortalecer o yuan como uma moeda regionalmente influente por meio de instituições locais na China e organizações intergovernamentais regionais, como a SCO. O objetivo é aumentar o uso do yuan em acordos comerciais e investimentos transfronteiriços da China, reduzir a dependência do dólar, mitigar o risco cambial e a escassez de liquidez em dólares, e manter o acesso aos mercados globais durante crises geopolíticas. Neste sentido, crescentemente, e em especial via BRICS, Brasil e China estão coordenando posições no G20 sobre a reforma da governança Global e defendem a criação de meios de pagamento alternativos.

g) Cooperação Sul-Sul e Sul Global

A cooperação Sul-Sul é um importante instrumento de política externa, tanto do Brasil como da China, e utilizado desde o processo de descolonização como instrumento para ampliar a articulação com países em desenvolvimento. No discurso do presidente Lula em Sessão Plenária Aberta da XVI Cúpula do BRICS, Lula afirmou que o lema da presidência brasileira no BRICS será o de fortalecendo a Cooperação do Sul Global para uma Governança mais Inclusiva e Sustentável. Além disso, Lula reafirmou que a vocação do BRICS está na luta por um mundo multipolar e por relações menos assimétricas entre os países (Lula, 2024d). Além disso, Lula comentou no discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante o Fórum Empresarial do BRICS que o dinamismo da economia está no Sul Global e o BRICS é sua força motriz. Além disso, a presença dos BRICS está criando a oportunidades, econômicas e estratégias, para países do SUL Global dialogarem entre si em um mundo cheio de mudanças (Lula, 2023a).

No discurso da política externa da China, o conceito de "Sul" tem sido progressivamente reconfigurado, tornando-se cada vez mais uma função da sua abrangente "política de conectividade". Esta última é entendida como uma abordagem diplomática e de política externa que busca proativamente conectar o resto do mundo à China, integrando-se seletivamente com as normas e princípios internacionais existentes. Para os líderes chineses, o conceito de "Sul" e a adesão a esses países têm se tornado menos definidos de acordo com as dicotomias geográficas Norte-Sul ou com os parâmetros socioeconômicos que tradicionalmente informam as conceptualizações dominantes do "Sul Global" em muitas organizações internacionais. A visão de Pequim sobre o "Sul" tornou-se cada vez mais global, no sentido de que o Sul é menos uma descrição de seus membros do que uma manifestação de um tipo de diplomacia - uma relação específica com a China - que permite a Pequim exercer um papel proativo de definição de agenda e conectar o mundo à China (Kohlenberg & Godehardt, 2021).

O Ministro das Relações Exteriores chinês afirmou que a China é um participante ativo na governança global e na cooperação Sul-Sul e que tomou a iniciativa de criar o Fundo Fiduciário para a Paz e o Desenvolvimento das Nações Unidas China, bem como o Fundo para o Desenvolvimento Global e a Cooperação Sul-Sul. Além disso, Yi argumentou que o país forneceu assistência ao desenvolvimento a mais de 160 países necessitados e concedeu mais pagamentos de serviço da dívida devidos pelos países em desenvolvimento do que qualquer outro Estado membro do Grupo dos 20 (Yi, 2022).

j) Relações com a África

No evento do Diálogo de Amigos do Brics, Lula afirmou que, sob a presidência do G20, o Brasil quer combater as desigualdades e, para isso, é necessário ter maior representatividade para a África. O presidente brasileiro defendeu a criação de uma nova agenda de cooperação entre Brasil e África, além de defender o ingresso da União Africana como membro do G20. Além disso, Lula comentou que tem interesse em aprofundar o diálogo com demais países detentores de florestas tropicais da África (Lula, 2023c). Lula também discorreu sobre como regiões como a África, América Latina e Ásia são mais afetadas pelas mudanças climáticas e como a exclusão de representantes africanos e latino-americanos no Conselho De Segurança da ONU demonstram laços com o passado colonial (Lula, 2024c).

Durante a visita do presidente do Benim, Patrice Talon, ao Brasil em 2024, Lula afirmou existir uma conexão histórica e uma parceria natural entre Brasil e o continente Africano. Além disso, em ocasião do discurso na abertura da 37ª Cúpula da União Africana, Lula afirmou que a cooperação entre Brasil e África pode contribuir para criar uma nova governança global, destacando a cooperação em educação, transição energética e saúde com os países africanos. Além disso, o presidente brasileiro comentou sobre as possibilidades e alternativas produzidas pelo BRICS e pelo Sul Global, afirmando que não existe Sul Global sem a África (Lula, 2024a).

A relação atual entre a China e a África é complexa e multifacetada, abrangendo aspectos políticos, econômicos e culturais. No seu terceiro mandato, o presidente chinês Xi Jinping está empenhado no desenvolvimento da política externa da China, que passa pelo apoio africano às iniciativas da China relativamente à reformulação de instituições internacionais (Nantulya, 2023). As relações econômicas entre a China e a África têm crescido significativamente desde os anos 2000. A China tem fortalecido cada vez mais os laços econômicos com a África e hoje é o maior parceiro comercial do continente. Além disso, a China tem buscado recursos naturais na África para sustentar seu crescimento econômico (Ouriques, 2014).

l) Belt and Road Initiative

A Belt and Road Initiative (BRI) constitui uma ampla rede de articulação de investimentos e infraestrutura, do qual mais de 140 países já assinaram memorandos de entendimento com a China. Através da BRI, a China está reorganizando a geografia econômica da Eurásia e da África, efetivamente redirecionando muitas redes de produção e troca para os mercados chineses. A estratégia da BRI é coordenada e regulamentada pelo Estado chinês e implementada por uma ampla gama de atores, incluindo empresas estatais nacionais e provinciais, bem como governos provinciais. Como um projeto capitalista impulsionado pelo Estado, a BRI foi concebida para enfrentar uma eventual crise de acumulação na China. A BRI também reflete uma tentativa ambiciosa de facilitar a contínua ascensão da China no sistema internacional, ao mesmo tempo em que reduz o risco de crise capitalista, induzindo novos padrões de consumo e produção (Carmodya & Wainwright, 2022).

Em discurso na Assembleia Geral da ONU, Wang Yi afirmou que A Belt and Road Initiative tem como objetivo alcançar um desenvolvimento de alto padrão, centrado nas pessoas, que seja aberto, verde e limpo. Esta iniciativa, compatível com a Agenda 2030, tornou-se um caminho para a cooperação,

esperança e prosperidade, trazendo benefícios tangíveis às pessoas em todo o mundo. O Ministro das Relações Exteriores da China declarou que esperava que outros países aproveitassem as oportunidades de desenvolvimento criadas por esta iniciativa para impulsionar ainda mais a implementação da Agenda 2030 (Yi, 2019). No marco do 10º aniversário da Belt and Road Initiative, Han Zheng afirmou que mais de 3.000 projetos de cooperação foram lançados no âmbito desta iniciativa. O Expresso Ferroviário China-Europa realizou 16.000 serviços de carga em 2022, o que demonstra a vitalidade da Iniciativa Cinturão e Rota (Zheng, 2023). Contrariando expectativas, o Brasil não é formalmente signatário da BRI. Em contrapartida, no final de 2024, Brasil e China assinaram um Plano de Cooperação para o estabelecimento de sinergias entre o Programa de Aceleração do Crescimento, o Plano Nova Indústria Brasil, o Plano de Transformação Ecológica, o Programa Rotas Da Integração Sul-Americana e a Iniciativa Cinturão e Rota (Brasil, 2024).

CONCLUSÕES

Para concluir, é importante enfatizar que Brasil e China compartilham posições sólidas e comuns em relação à ordem internacional. Sua parceria é de longo prazo, num acumulado de cinco décadas. Com o novo governo de Lula, surgiram novas áreas de cooperação, agora enquadradas em 2024 no conceito de uma "Comunidade Brasil-China com um Futuro Compartilhado para um Mundo Mais Justo e um Planeta Mais Sustentável".

A longa parceria estratégica Brasil-China foi possibilitada por sólidas e crescentes relações comerciais, posições convergentes sobre temas internacionais e atuação conjunta em grupos e coalizões de geometria variável, como G20 comercial, G20 financeiro, BRICS, BASIC, guardando posições comuns sobre grandes temas da agenda internacional. As comparações de interesses estratégicos, realizadas em outras pesquisas, mostrava um alto grau de convergência (Silva, 2015). Agora, com a China realizando um upgrade de sua atuação internacional e o Brasil

tendo realizado um downgrade na última década, como é possível comparar e interpretar estas mudanças de posições?

As convergências entre o Brasil e a China são altas, em especial com a matriz autonomista dos governos petistas. Houve uma menor convergência durante o governo Bolsonaro (2019-2022). Entretanto, é importante observar que, apesar da diminuição da convergência no Governo Bolsonaro, esta ainda se manteve alta. Neste sentido, duas variáveis são centrais para interpretar a convergência da política externa: capacidades estruturais e posição dos governos. Neste sentido, observa-se maior perenidade na definição da política externa chinesa, e oscilações na política externa brasileira, derivadas das mudanças governamentais.

As principais diferenças de posição decorrem das assimetrias de capacidades relativas de poder nas Relações Internacionais. Com a China reconhecida como uma potência militar e membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, algumas de suas posições se diferenciam dos interesses estratégicos brasileiros nestas questões. A limiaridade da China (Hönke et al, 2023), como uma grande potência e ao mesmo tempo um país em desenvolvimento, confere algumas características diferenciadas. Como país em desenvolvimento, a China tem alta proximidade e convergência com os países do Sul Global. Entretanto, suas características de grande potência em ascensão podem levar a alguns pontos de distanciamento, como a reforma no Conselho de Segurança. De qualquer forma, a política externa chinesa revela alto grau de continuidade e proximidade com as pautas e demandas do Sul Global em geral, e do Brasil em particular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Brasil. (2023, 16 de abril). Lula defende G20 e quer mais países em governança global. Agência Brasil. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-04/lula-defende-g20-e-quer-mais-paises-em-governanca-global>

- Araújo, E. (2019). Os primeiros avanços da nova política externa. *Valor Econômico*, 20(4745). Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/567407>
- Bolsonaro, J. M. (2019a). Discurso do Presidente da República do Brasil, Jair Bolsonaro, na abertura da 74ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas – Nova York/EUA. Nova York.
- Bolsonaro, J. M. (2019b). Cooperação do G20 em tempo de mudança. *Itamaraty*. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-artigos/20586-cooperacao-do-g20-em-tempo-de-mudanca-the-global-governance-project-17-06-2019>
- Brasil. Ministério das Relações Exteriores. (2024, novembro 20). Nota à imprensa nº 563 - Atos adotados por ocasião da visita de estado ao Brasil do Presidente da China, Xi Jinping. https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/atos-adotados-por-ocasio-da-visita-de-estado-ao-brasil-do-presidente-da-china-xi-jinping-2013-20-de-novembro-de-2024-1
- Carmody, P., & Wainwright, J. (2022). Contradiction and restructuring in the Belt and Road Initiative: Reflections on China's pause in the 'Go world'. *Third World Quarterly*, 43(12), 2830–2851. <https://doi.org/10.1080/01436597.2022.2110058>
- Casarões, G., & Farias, D. B. (2021). Brazilian foreign policy under Jair Bolsonaro: Far-right populism and the rejection of the liberal international order. *Cambridge Review of International Affairs*, 35(5), 741-761.
- Cervo, A., & Bueno, C. (2015). *História da política exterior do Brasil*. Ed. UnB.
- Cheng, J. (2013). China's regional strategy and challenges in East Asia. *China Perspectives*, (2), 53–65. <https://doi.org/10.4000/chinaperspectives.6182>
- China. (2023, fevereiro 24). China's position on the political settlement of the Ukraine crisis. https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/202302/t20230224_11030713.html
- Christensen, T. J. (2015). *The China challenge: Shaping the choices of a rising power*. W. W. Norton & Company.
- Fingar, T., & Lampton, D. M. (2023). China's America policy: Back to the future. *The Washington Quarterly*, 46(4), 43–63. <https://doi.org/10.1080/0163660X.2023.2285541>
- Freeman, C., & Tsering, L. (2023). As China looks to reform global governance, how does it approach the U.N.? *United States Institute of Peace*. <https://www.usip.org/publications/2023/09/china-looks-reform-global-governance-how-does-it-approach-un>
- Guimarães, S. P. (2006). *Desafios brasileiros na era de gigantes*. Contraponto.
- Guimarães, F. d. S., & Silva, I. D. (2021). Far right populism and foreign policy identity: Jair Bolsonaro's ultrac conservatism and the new politics of alignment. *International Affairs*, 47(2), 345–363.
- Hirst, M., & Maciel, T. (2022). Brazil's foreign policy in the time of the Bolsonaro government. *SciELO Preprints*. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4771>
- Hönke, J., Cezne, E., & Yang, Y. (2023). Liminality positioned in the South: Reinterpreting Brazilian and Chinese relations with Africa. *Global Society*, 37(2), 197–224.
- Hudson, V., & Vore, C. S. (1995). Foreign policy analysis: Yesterday, today and tomorrow. *Mershon International Studies Review*, 39(2), 209–238
- Hung, H.-F. (2018). A ascensão da China, a Ásia e o Sul Global. *Revista de Economia Contemporânea*, 22(1), 1-26. <https://doi.org/10.1590/198055272213>
- Jinping, X. (2020). Address by Mr. Xi Jinping, President of the People's Republic of China, to the General Debate of the 75th Session of the UN General Assembly. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N20/244/56/PDF/N2024456.pdf?OpenElement>
- Jinping, X. (2021). Address by Mr. Xi Jinping, President of the People's Republic of China, to the General Debate

- of the 76th Session of the UN General Assembly. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N21/265/77/PDF/N2126577.pdf?OpenElement>
- Jinping, X. (2023). Discurso do presidente chinês, Xi Jinping, em jantar com empresários às margens de cúpula da Apec, em San Francisco. <https://www.seudinheiro.com/2023/internacional/eua-china-xi-jinping-joe-biden-sao-francisco-rsgp/>
- Jun, Z. (2022). Security Council, 77th year: 9195th meeting, Wednesday, 16 November 2022, New York. <https://digitallibrary.un.org/record/3959142?ln=ru#record-files-collapse-header>
- Kahler, M. (2013). Rising powers and global governance: Negotiating change in a resilient status quo. *International Affairs*, 89(3), 711-729.
- Keqiang, L. (2016). Address by Mr. Li Keqiang, Premier of the State Council of the People's Republic of China, to the General Debate of the 71th Session of the UN General Assembly. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N16/294/21/PDF/N1629421.pdf?OpenElement>
- Kohlenberg, P. J., & Godehardt, N. (2021). Locating the 'South' in China's connectivity politics. *Third World Quarterly*, 42(9), 1963-1981. <https://doi.org/10.1080/01436597.2020.1780909>
- Liam, C., & Li, J. (2024). Legitimacy-seeking: China's statements and actions on combating climate change. *Third World Quarterly*, 45(1), 171-188. <https://doi.org/10.1080/01436597.2023.2216135>
- Ling, W. (2020). Striving for achievement in a new era: China debates its global role. *The Pacific Review*, 33(3-4), 413-437.
- Liu, Z. Z. (2022, setembro). China is quietly trying to dethrone the dollar. *Foreign Policy*. Recuperado em 18 de fevereiro de 2024, de <https://foreignpolicy.com/2022/09/21/china-yuan-us-dollar-sco-currency/>
- Lijphart, A. (1971). Comparative politics and the comparative method. *The American Political Science Review*, 65(3), 682-693. <https://doi.org/XXXX> (se houver DOI, incluir)
- Lula, L. I. (2023a, 22 de agosto). Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante o Fórum Empresarial do BRICS. Governo do Brasil. Recuperado em 25 de fevereiro de 2025, de <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-o-forum-empresarial-do-brics-em-joanesburgo-na-africa-do-sul>
- Lula, L. I. (2023b, 23 de agosto). Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante sessão plenária aberta da XV Cúpula do BRICS. Governo do Brasil. Recuperado em 25 de fevereiro de 2025, de <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-sessao-plenaria-aberta-da-xv-cupula-do-brics>
- Lula, L. I. (2023c, 19 de setembro). Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura da 78ª Assembleia da ONU - Nova Iorque/EUA. Governo do Brasil. Recuperado em 23 de fevereiro de 2025, de <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-78a-assembleia-da-onu>
- Lula, L. I. (2023d, 6 de janeiro). Discurso do presidente Lula no Parlatório do Palácio do Planalto. Governo do Brasil. Recuperado em 24 de fevereiro de 2025, de <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-lula-no-parlatorio-do-palacio-do-planalto>
- Lula, L. I. (2023e, 24 de agosto). Lula sobre o BRICS: "Renasço na política e na esperança". Governo do Brasil. Recuperado em 25 de fevereiro de 2025, de <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/08/lula-sobre-o-brics-201crenasco-na-politica-e-na-esperanca201d>

- Lula, L. I. (2024a, 17 de fevereiro). Aproximação do Brasil com a África vai contribuir para a construção de uma nova ordem mundial, mais justa e solidária, afirma Lula. Agência Gov. Recuperado em 25 de fevereiro de 2025, de <https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202402/lula-defende-aumento-da-cooperacao-entre-brasil-e-africa>
- Lula, L. I. (2024b, 18 de novembro). Confirma a íntegra do discurso de Lula na abertura do G20. Agência Brasil. Recuperado em 25 de fevereiro de 2025, de <https://agenciabrasil.etc.com.br/politica/noticia/2024-11/confirma-integra-do-discurso-de-lula-na-abertura-do-g20>
- Lula, L. I. (2024c, 24 de setembro). Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura da 79ª Assembleia da ONU - Nova Iorque/EUA. Governo do Brasil. Recuperado em 23 de fevereiro de 2025, de <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/09/discurso-do-presidente-lula-na-abertura-da-79a-assembleia-geral-da-onu-em-nova-york>
- Lula, L. I. (2024d, 23 de outubro). Discurso do presidente Lula em Sessão Plenária Aberta da XVI Cúpula do BRICS, Kazan, Rússia. Governo do Brasil. Recuperado em 25 de fevereiro de 2025, de <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/10/discurso-do-presidente-lula-em-sessao-plenaria-aberta-da-xvi-cupula-do-brics-na-russia>
- Martins, F. B., & Pereira, L. C. B. F. V. (s.d.). O Belt and Road Initiative e a transição de modelo de desenvolvimento econômico na República Popular da China. Recuperado em 29 de janeiro de 2024, de <file:///Users/mariaavieira/Downloads/fbrozoski,+602-1513-1-CE.pdf>
- Kahler, M. (2013). Rising powers and global governance: Negotiating change in a resilient status quo. *International Affairs*, 89(3), 711-729. <https://doi.org/XXXX> (se houver DOI, incluir)
- Moraes, R. F. (2022). Demagoguery, populism, and foreign policy rhetoric: Evidence from Jair Bolsonaro's tweets. *Contemporary Politics*. <https://doi.org/XXXX> (se houver DOI, incluir)
- Ministério das Relações Exteriores. (2022). Declaração de Pequim da XIV Cúpula do BRICS. Recuperado em 15 de fevereiro de 2024, de https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-pequim-da-xiv-cupula-do-brics
- Nantulya, P. (2023). O aprofundar das relações entre a China e África no terceiro mandato de Xi Jinping. Africa Center for Strategic Studies. Recuperado em 16 de fevereiro de 2024, de <https://africacenter.org/pt-pt/spotlight/o-aprofundar-das-relacoes-entre-a-china-e-africa-no-terceiro-mandato-de-xi-jinping/>
- Ourique, H. R. (2014). As relações econômicas entre China e África: Uma perspectiva sistêmica. *Carta Internacional*, 9(1), 19-43. Recuperado em 16 de fevereiro de 2024, de https://gpepsm.paginas.ufsc.br/files/2020/06/artigo_Ouriques2014.pdf
- Poh, A., & Li, M. (2017). A China in transition: The rhetoric and substance of Chinese foreign policy under Xi Jinping. *Asian Security*, 13(3), 84-97.
- Reis da Silva, A. (2022). De Dilma a Bolsonaro: as transformações matriciais na política externa brasileira. *Interacción Sino-Iberoamericana / Sino-Iberoamerican Interaction*, 2(1), 1-26.
- Roberts, J. A. G. (2012). História da China. Lisboa: Texto e Grafia.
- Rosenau, J. N. (1968). Comparative foreign policy: Fad, fantasy, or field? *International Studies Quarterly*, 12(3), 296-329.
- Silva, A. L. R. da. (2015). Geometria variável e parcerias estratégicas: A diplomacia multidimensional do governo Lula (2003-2010). *Contexto Internacional*, 37(1), 143-184.
- Silva, A., & Pérez, J. (2019). Lula, Dilma, and Temer: The rise and fall of Brazilian foreign policy. *Latin American Perspectives*, 46(4), 169-185.
- Silva, A. (2023). Política externa brasileira: Qual é o lugar do Brasil no mundo? São Paulo: Editora de Cultura.

- Souza, C. (2025, 19 de fevereiro). Lula diz que pode enviar missão de paz para a Ucrânia após EUA cogitarem tropas do Brasil e da China. *Gazeta do Povo*. Recuperado em 25 de fevereiro de 2025, de <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/lula-diz-que-pode-enviar-missao-de-paz-para-a-ucrania-apos-eua-cogitarem-tropas-do-brasil-e-da-china/>
- Temer, M. (2018). Discurso do Presidente da República do Brasil, Michel Temer, na abertura da 73ª Assembleia Geral das Nações Unidas – Nova Iorque/EUA. Nova Iorque.
- Temer, M. (2016). Discurso do Presidente da República do Brasil, Michel Temer, na abertura da 71ª Assembleia Geral das Nações Unidas – Nova Iorque/EUA. Nova Iorque.
- Ungaretti, C. R. (2021). O 14º Plano Quinquenal (2021-2025) da China em perspectiva doméstica e internacional: Economia, inovação e meio ambiente. *NE-BRICS*. Recuperado em 28 de janeiro de 2024, de <https://www.ufrgs.br/nebrics/o-14o-plano-quinquenal-2021-2025-da-china-em-perspectiva-domestica-e-internacional-economia-inovacao-e-meio-ambiente/>
- Verdério, A. (2023, 24 de agosto). Lula defende maior cooperação entre países em desenvolvimento. *Agência Brasil*. Recuperado em 25 de fevereiro de 2025, de <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-08/lula-defende-maior-cooperacao-entre-paises-em-desenvolvimento>
- Yi, W. (2018). Statement by His Excellency Mr. Wang Yi, State Councillor and Minister for Foreign Affairs of the People's Republic of China at the General Debate of the 73th Session of the United Nations General Assembly. United Nations. Recuperado em 18 de janeiro de 2024, de <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N18/301/04/PDF/N1830104.pdf?OpenElement>
- Yi, W. (2019). Statement by His Excellency Mr. Wang Yi, State Councillor and Minister for Foreign Affairs of the People's Republic of China at the General Debate of the 74th Session of the United Nations General Assembly. United Nations. Recuperado em 24 de janeiro de 2024, de <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N19/294/61/PDF/N1929461.pdf?OpenElement>
- Yi, W. (2022). Statement by His Excellency Mr. Wang Yi, State Councillor and Minister for Foreign Affairs of the People's Republic of China at the General Debate of the 77th Session of the United Nations General Assembly. United Nations. Recuperado em 24 de janeiro de 2024, de <https://digitallibrary.un.org/record/3999730?ln=en#record-files-collapse-header>
- Zhang, J. (2015). China as a global force. *Asia & the Pacific Policy Studies*, 3(1), 120-128. https://www.researchgate.net/publication/284243977_China_as_a_Global_Force
- Zheng, H. (2023). Statement by H.E. Han Zheng, Vice President of the People's Republic of China at the General Debate of the 78th Session of the United Nations General Assembly. United Nations. Recuperado em 24 de janeiro de 2024, de https://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/78/cn_en.pdf

CONFLITO DE INTERESSES

O autor declara que não há conflitos de interesse relacionados ao artigo.

AGRADECIMENTOS

Este artigo é parte de um projeto de pesquisa apoiado pela FAPERGS (Programa Pesquisador Gaúcho) e pelo CNPq (Bolsista PQ2). Agradeço às bolsistas de Iniciação Científica (FAPERGS), Maria Antônia Mascarello Vieira e Juli Arusiewicz Berta, pela colaboração na coleta de dados da pesquisa.

FINANCIAMENTO

Não aplicável.

PRÉ-IMPRESSÃO

Não publicado.

DIREITOS AUTORAIS

Os direitos autorais são de propriedade dos autores, que concedem à Revista Política Internacional os direitos exclusivos de primeira publicação. Os autores podem firmar acordos adicionais para distribuição não exclusiva da versão do trabalho

publicada nesta revista (por exemplo, publicação em um repositório institucional, em um site pessoal, publicação de uma tradução ou como capítulo de livro), com reconhecimento da primeira publicação nesta revista. Com relação aos direitos autorais, a revista não cobra nenhuma taxa pelo envio, processamento ou publicação de artigos.